

Conselho Escolar – Caminhos Possíveis para Democracia

Mariano Luiz Sousa dos Santos, UFPA
Cirléa Silva de Andrade, UFPA
Kerli Gomes Ferreira, UFPA
Marilza Aparecida Pereira de Moraes, UFPA
Vanias Araújo Souza, UFPA

Resumo: Este texto tem como objeto de estudo o Conselho Escolar. Tem como objetivo central compreender o funcionamento do conselho escolar em uma escola municipal da rede de ensino de Altamira-Pa. Para tanto realizamos uma pesquisa exploratória sobre o conselho escolar e a atuação do mesmo nas questões administrativas pedagógicas da escola. Foram realizadas entrevistas estruturadas com três integrantes do conselho escolar afim de identificarmos suas percepções em relação às suas atuações neste órgão colegiado. O resultado constatado em relação a atuação do conselho escolar é que existe um conselho que atua para resolver problemas que surgem na escola e na aplicação dos recursos financeiros. A participação dos conselheiros não é programada periodicamente e sim quando surge um problema a ser resolvido e há empecilhos para a participação das atividades inerentes ao conselho, as decisões não são democráticas e não há formação para atuar como conselheiro.

Palavras-chaves: Conselho Escolar, Participação, Democracia, Formação.

1 - Introdução

O conselho escolar é uma ferramenta que possibilita a participação democrática por grupos que até certo tempo não podiam exercitar o poder da democracia, este órgão colegiado teve suas bases construídas após o fim da ditadura militar e com a Constituição Federal de 1988 considerada a mais cidadã de todas.

A partir de pesquisa exploratória e entrevistas estruturadas e semiestruturadas desenvolvemos este artigo acerca dos conselhos escolares. Primeiramente abordaremos no texto sobre o que é o conselho escolar, os acontecimentos históricos que propiciaram o seu surgimento. Em seguida apresentamos o funcionamento do conselho escolar no município de Altamira-PA e as possibilidades de mudanças para a participação dos conselheiros, focalizando a necessidade da formação e da importância do conselho como um dos principais espaços de participação nas instituições escolares.

2 - Conselho Escolar e seus desafios

O conselho escolar refere-se a um órgão colegiado que pode contribuir nas decisões que envolvem as questões administrativas, pedagógicas e financeiras da escola por intermédio de reuniões, votações e consultas. Assim, deveria ser um conselho escolar atuante, participativo e com poder decisório, mas a função mais conhecida e atuante de um conselho

escolar é administrar recursos financeiros que o governo federal disponibiliza para manutenção e desenvolvimento das instituições escolares.

O conselho escolar é formado por categorias representadas por pais, representantes de alunos, funcionários e da comunidade do entorno da escola, estes formam uma comissão composta por presidente, tesoureiro, secretário, representando assim uma possibilidade para o exercício da democracia.

Rosângela Paz (2005, p. 22) diz que “os conselhos são estruturas colegiadas, de partilha de poder, podem ser deliberativos ou consultivos, mas têm o papel fundamental de controle social e, na medida do possível são paritários”.

Os conselhos não são órgãos do governo e nem devem agir como tal, não é movimento social; mas age juntamente com o povo e também com órgãos governamentais. Nesta direção, se faz necessário a participação do maior número de pessoas tanto dos conselheiros quanto daqueles que estão envolvidos nas causas sociais e da escola, ou seja, todos os cidadãos. Portanto, os conselhos para atuarem com força e participando com sua total funcionalidade é necessário a contribuição de outros órgãos e atores sociais como a direção da escola, a Secretaria de Educação Municipal e a própria gestão municipal (prefeito), além de outras instâncias do governo e da sociedade civil

Uma das funções do conselho é conquistar espaço para que mais pessoas possam participar das decisões da gestão pública, no entanto é dificultosa a participação democrática, porém aos poucos a participação do povo majora com os conselhos.

A participação da sociedade na gestão da coisa pública é algo novo e em desenvolvimento, pois nos anos de 1970 no Brasil não se falava em participação democrática e nem na participação dos municípios e estados, pois o que acontecia era uma administração centralizada na esfera federal.

A descentralização do poder da esfera federal transferindo algumas responsabilidades aos estados e municípios propiciou uma maior participação política de setores que dantes não participavam das decisões do país. Essa época em que a democracia era cerceada chamou-se de Ditadura Militar tempos difíceis para pensar e agir democraticamente, este período da Ditadura Militar no Brasil vigorou aproximadamente 21 anos desde o golpe militar de 1964 até 1985, nesta época o mundo vivia o auge da Guerra Fria. Foi uma época que os poderes políticos eram controlados por militares das Forças Armadas e o povo não tinha liberdade de expressão, não havia o voto para eleger os presidentes, existia repressões aos movimentos sociais e a todos que eram contra o governo militar.

Era uma época que dificultou a livre expressão das pessoas com a censura, o povo vivia sob pressão, não se falava de participação política pelo povo, mencionar a palavra democracia, pensamentos de cooperação e participação eram atitudes tratadas como socialistas.

As mudanças para a participação política do povo só aconteceu com o fim da ditadura militar e pela aprovação da nova Constituição Federal que garantiria um pouco de cidadania ao Brasil. Já em 1989 as eleições voltaram a ser democráticas a partir das manifestações populares pelas “Diretas já”.

3 - Conselho Escolar – Tempos de Democracia

A escola até certo tempo era uma instituição burocratizada no qual o poder e as decisões estavam concentrados nas mãos de diretores, coordenadores e professores em cargos de confiança cedidos muitas vezes não por competência mais por amizades políticas, portanto acima destes educadores havia uma interferência expressiva da gestão municipal.

A partir dos movimentos populares em 1970 iniciava a ideia de uma educação mais participativa com a possibilidade de inclusão da comunidade escolar nos processos decisório começaram a tomar corpo, nesse momento a perspectiva de descentralização do poder nas decisões das políticas sociais que na época encontrava-se nas mãos de poucos serviram de estímulo para uma mobilização social mais forte. Mas não foi tão fácil assim, até chegar nesse ponto à educação passa por muitas reformulações e acontecimentos históricos que influenciaram nessas mudanças como, por exemplo, a Ditadura Militar, o processo de abertura política, e muitos outros movimentos que influenciaram na descentralização do poder.

O fim da Ditadura Militar propiciou a abertura política que permitiu vislumbrar a participação de mais atores sociais, um exemplo de participação política são os conselhos. O conselho escolar caracterizado pela participação de pais e alunos, professores e funcionários que opinam nas decisões que envolvem a administração da escola, permite a comunidade à participar da educação dos filhos, o conselho torna-se não somente um espaço de tomada de decisões, mas um espaço de aprendizagem também entre pais, filhos e professores. Construindo dia a dia a democracia e estreitando os laços comunidade e escola, fundamentando a partilha do poder já não mais nas mãos de uma minoria.

Nos dias atuais a democracia e a participação na gestão escolar são de suma importância no cotidiano escolar, para que os gestores dessas instituições possam colocar em prática seus projetos. Por essa razão o conselho escolar tem um papel importante na realização da democracia, pois traz um aprendizado na relação em conjunto com o próximo, além de ser

um instrumento que promove a democratização da escola pública como afirma Daianny Madalena Costa (p.245):

Quando afirmamos que conselho escolar é instrumento de democratização e participação da escola pública e que tem como atribuição analisar e apreciar as questões de interesse da escola, estamos dizendo que todo os assunto referente a vida escolar farão parte da discursão desse colegiado que decidirão sobre todas as matérias (COSTA, p. 245).

Segundo a autora o conselho escolar precisar estar presente em todos os momentos da vida escolar para que a democracia possa acontecer e não apenas em momentos que são convocados para fazerem a prestação de contas anual.

4 - O Cotidiano Escolar do Conselho

Nas entrevistas com os conselheiros da escola pesquisada não foi autorizado a divulgação dos nomes de alguns dos entrevistados. O medo de divulgar o nome é devido as possíveis represálias que estes funcionários públicos da educação assim como as pessoas que compõem o conselho e não são trabalhadores da educação, mas que podem sofrer consequências em divulgar e denunciar o que está em desacordo com as ideias democráticas.

Na escola investigada o estatuto do conselho é deliberativo e tem uma gestão por dois (2) anos de duração. A escola possui um estatuto próprio e de acordo com a realidade da instituição e da comunidade. O presidente do bairro faz parte do conselho. Neste bairro do Mutirão há dois presidentes do bairro, porém somente um comparece às reuniões.

O dinheiro advindo do governo para esta escola varia de 15 a 20 mil reais por ano gastos em material de capital ou custeio. Custeio é o material gasto no cotidiano e o capital é o material que dura mais de dois anos. Esse valor é apresentado no conselho e se discute o que necessita ser comprado, far-se-á uma pesquisa no mercado dos preços dos produtos e adquirir o que cabe no orçamento e o que foi decidido ser comprado.

Todo produto comprado é recolhido um comprovante desta compra e imprimi três cópias, uma fica na escola, outra vai para Secretaria Municipal de Educação e a última para prefeitura, os quais devem ser guardados na escola durante 3 anos.

O dinheiro vem para conta do conselho e só o presidente e o tesoureiro (geralmente o cheque é assinado pelos dois) tem acesso a esta conta com a autorização dos demais componentes do conselho.

O dinheiro desta conta é proveniente do FNDE de acordo com o número de estudantes da escola. Este dinheiro é disponibilizado em conta a partir do mês de maio. O recurso de 2014 é baseado no censo de 2013 é sempre referente do ano passado. Deve-se aplicar o

dinheiro em um fundo de investimento e todo o dinheiro tem que ser utilizado até 31 de dezembro do corrente ano e se não utilizar ficará entendido que a escola não está precisando do dinheiro, com exceção do dinheiro do Projeto Mais Educação, por que em Altamira-PA nunca se consegue colocar em prática todos os projetos no ano letivo.

Existem vários recursos, mas na escola pesquisada só há o PDDE que é utilizado na manutenção da escola e o Projeto Mais Educação é para os projetos criados e ministrados na escola, a criação de projetos e obtenção de novos recursos depende da escola e do conselho.

Cada recurso tem sua função destinada para escola e tem uma conta para cada recurso como o PDDE, Mais Educação, Atleta na Escola e o PDDE Acessibilidade. Só se pode comprar os materiais no município. Como exemplo há o Projeto da Rádio na Escola, mas não há os equipamentos no município.

5 - 1 A Necessidade de Formação

A formação para os educadores sejam os que fazem parte ou não do conselho é dificultosa. A formação do diretor foi realizada por iniciativa própria, as vezes a Escola de Governo disponibiliza cursos de capacitação de 80 a 120 horas para a gestão da educação.

Segundo nos informaram, muitos diretores que iniciam o mandato, acabam desistindo da função devido a dificuldade deste cargo e por não ter capacitação técnica para resolver as dificuldades, portanto na maioria das vezes colocam para trabalhar um diretor antigo com um vice-diretor ou um diretor antigo na função de vice para orientar o diretor novato sem experiência e é aí que provêm a maior capacitação. Assim também acontece com a coordenação com um professor que já passou por esta experiência auxiliando o novato. Não é disponibilizado curso preparatório para os novatos, durante os 19 anos que o diretor entrevistado trabalha na educação em Altamira-PA ele nunca presenciou a preparação para diretores, coordenadores e conselho escolar.

Falta formação para os profissionais da educação e também para os que participam de conselhos que necessitam ter noções de contabilidade, imposto de renda, legislações. O município possui contadores e advogados que podem ajudar em algumas informações aos conselhos, mas capacitação não há. O diretor da escola relatou que quando tem dúvida recorre a quem sabe mais e o aprendizado maior é a troca de experiências entre os companheiros da educação. Dentre os processos formativos que o diretor já participou destacamos a especialização em gestão escolar e dentre os 19 anos na educação, 2 anos atua como gestor.

Existe a cobrança nos educadores e não importa se recebem formação ou não para atuarem nas funções que exercem. Na escola pesquisada segundo nos foi relatado há uma

pressão por parte do governo municipal, da SEMED sobre a direção e o corpo docente para que seja alcançado os índices e metas da educação, e essa cobrança são nos resultados estatísticos e não no real rendimento dos alunos, na frequência ou no bem estar dos estudantes e dos funcionários, tudo é em cima de números e dados e a partir que não é atingido tais estatísticas a pressão aumenta.

A maior responsabilização se a escola vai mal é a equipe da escola (diretor, professor, funcionários e estudantes) e as hierarquias superiores não querem saber se os alunos estão realmente participando de uma boa formação ou se estão sem motivação para frequentar a escola, mas a preocupação maior é o alcance de índices estabelecidos à educação.

5 – 2 A Importância do Conselho

Em relação ao funcionamento do conselho, este é importante, mas não é fácil o seu funcionamento na escola. O estatuto do conselho escolar é antigo e necessita ser atualizado, porém cada folha do estatuto é 120 reais para ser reconhecido em cartório, as folhas de ata das reuniões também e esses valores não são custeados pelo município. O que o município disponibiliza são os funcionários, a energia, o gás e o prédio da escola.

A arrecadação de dinheiro é feita através de outros meios como a utilização da máquina de fotocópias na escola e desse valor recolhido é gasto com as necessidades da escola. Havia venda de alimentos, no entanto estar proibido por uma lei federal que não pode ser comercializado dentro da escola.

Os conselhos nessas escolas são fundamentais pois organiza, seleciona o que necessita ser comprado ou ser realizado na escola, a intenção é funcionar a educação de acordo com uma empresa. Esse modelo de gestão de empresas transplantado para a educação com a característica de dividir as tarefas e responsabilidades, o que acontece é a abrangência de maior número de pessoas para ser “culpabilizado” do possível fracasso e a parcela maior dessa culpa vai para os professores, coordenadores e diretores, pois se a escola não vai bem é por que a equipe não vai bem.

Segundo Daianny Madalena Costa o conselho escolar são possibilidades de desenvolver uma escola alicerçada na colaboração e na partilha do poder entre as pessoas que fazem parte do dia-a-dia escolar.

No entanto essa partilha de poder se configura na prática como partilha de responsabilização, percebe-se uma distribuição de responsabilidades e funções, mas não a autonomia e poder de decidir. Em um conselho escolar formado por professores contratados, estes não irão levantar questões que poderão estimular a partilha do poder do diretor, da

secretária de educação do município ou do prefeito. O conselho escolar da escola pesquisada funciona mais para controlar o dinheiro que é arrecadado, formular e pôr em prática atividades pedagógicas e minimamente tem o poder de decidir e mudar o que está errado ou funcionando inadequadamente.

6 - Considerações Finais

A realidade da gestão escolar de pouco contribuir nas decisões da educação, progressivamente vai se modificando com a Constituição do Brasil de 1988 a qual “dispôs sobre os princípios da escola pública brasileira, incluindo a gestão democrática como um deles” (COSTA, 2006, p. 237).

O fim da Ditadura Militar em 1985 já era resultado das ações dos cidadãos com consciência democrática e necessidade de liberdade, e a Constituição Federal de 1988 considerada a mais cidadã de todas na história do Brasil proporcionou legislações que beneficiariam o povo desta nação.

Mesmo com a Constituição Cidadã a criação de leis não é a certeza de sua efetividade, assim como a gestão democrática na educação. As legislações criadas devem ser divulgadas, que todos possam ter o conhecimento e a importância de cada lei, a formação técnica é fundamental para se ter ciência destas leis. O profissional bem formado não será manipulado para realizar suas atividades, com a formação a gestão democrática terá a possibilidade de se concretizar.

Na escola pesquisada e assim deve acontecer em diversas instituições brasileiras em que o conselho escolar necessita mudar diversas questões para poder funcionar na intenção de melhorar a educação e se realizar a gestão democrática. A seguir socializaremos algumas ideias para melhorar a atuação do conselho nesta escola.

A *formação* deve ser nas *universidades* com graduações e também na oferta de formação para os educadores que irão trabalhar na função de gestor, deve haver *condições* para quem está trabalhando participar destas formações, o educador deve ser liberado para frequentar um curso preparatório ou organizar horários que possibilitem os docentes cursar a capacitação, além dos cursos ofertados pelo governo possam ser divulgados de uma maneira que cheguem ao conhecimentos dos educadores.

As reuniões do conselho escolar não deveriam ser quando precisam, as reuniões devem acontecer em períodos *pré-determinados* para que haja uma preparação dos participantes em relação ao horário e dia para desenvolverem os debates, discussões, tomada de decisões e prevenções de problemas que poderão surgir.

Melhor seria se a porcentagem de integrantes do conselho fosse *metade funcionários públicos e a outra metade não funcionários* que estes seriam pais, alunos e interessados pela causa. A escolha dos integrantes do conselho assim como dos diretores necessitaria ser a partir de eleição e se encaixaria nessa disputa aqueles que realmente querem participar e que possuem a consciência do valor que há o conselho escolar democrático. A indicação do diretor por interesses partidários ou apadrinhamento político não deve haver.

O conselho escolar precisa funcionar verdadeiramente e não apenas constar que existe na instituição, é necessário que haja *incentivo* aos conselheiros participarem ativamente, seja com abônus salarial, folga de serviço, premiações com brindes que agradem os participantes, *algo que motive* a ação desses agentes públicos nesta causa importante que é a educação com gestão democrática em que todos os membros da hierarquia educacional trabalhem em conjunto para sempre melhorar as condições do ensino e aprendizagem.

A necessidade de haver a parceria entre a secretaria de educação do município, a escola e o empregador do conselheiro que não é professor e nem funcionário da escola para que esteja assegurado de participar das atividades do conselho sem prejudicar a sua relação com o patrão e nem dificultar nas suas atividades trabalhistas. Se não houver o estímulo para o desenvolvimento das atividades do conselho, ele poderá sucumbir, desaparecer, já que não realiza efetivamente a função por falta de oportunidade de participação.

A realização de concurso público para todos que fazem parte da escola como os diretores, coordenadores, professores e funcionários.

O funcionamento do conselho escolar dever-se-á acontecer com a parceria dos componentes do conselho e desenvolver as funções desta equipe com eficiência e eficácia nas políticas educacionais e para tal, é necessário a harmonia entre as hierarquias da educação, em colaboração “entre a União, os Estados e os municípios para solucionar as demandas educacionais existentes em todo território brasileiro e o necessário financiamento para viabilizá-las (...)” (COSTA, Daianny Madalena, 2006, p. 238). Imagina-se se entre os componentes do conselho escolar não está havendo interação, as reuniões são marcadas num determinado dia para acontecer e os conselheiros não aparecem e quando aparecem são poucos, sabendo que todos moram na mesma cidade, com contatos de telefone, e-mail e redes sociais que facilitam a intercomunicação para o desenvolvimento das tarefas do conselho, então pensaremos como se desenvolve a relação entre os entes federados afim de haver solucionadas as demandas da escola seja pedagógica, orçamentária e manutenção?

São estas ideias que seriam uma proposta para desenvolver uma gestão com possibilidades de democracia e participação daqueles que fazem parte do conselho e da educação.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Teoria da Semicultura**. Editor. Nilton Santos. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2005 (ano IV, n.191, agosto). Disponível em: < http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/191_pdf >. Acesso em: 7 de mar. de 2014.

COSTA, Daianny Madalena. **O conselho Escolar Como Possibilidade de (Co)Laboração: A Gestão Democrática Construída a Várias Mãos**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2006.

SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (Org.). **Conselhos Participativos e Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.